



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



# **40**

*Discurso na cerimônia de assinatura de atos  
em cumprimento ao compromisso do  
governo brasileiro com o desenvolvimento  
sustentável, ressaltando o que se refere à  
criação do Parque de Tumucumaque*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 22 DE AGOSTO 2002**

*Senhor Ministro do Meio Ambiente, Doutor José Carlos de Carvalho; Senhores Ministros de Estado, tão numerosos; Senhora Ministra; Senhora Maria Dalva Figueiredo, Governadora do Amapá; Deputada Fátima Peixes; Parlamentares aqui presentes; Sebastião Azevedo, Presidente do Inca; Rômulo José Fernandes, Presidente do Ibama; Prefeitos aqui presentes; Doutor Paulo Nogueira, que está aqui nos dando, mais uma vez, a satisfação de contar como um dos incentivadores da nossa nova política; Senhores e Senhoras,*

Fico, naturalmente, muito feliz com a realização desta cerimônia. Vimos a quantidade imensa de atos que foram, aqui, assinados por mim. E essas medidas sobra repetir, mas, em todo caso, convém fazê-lo para que fique registrado: institui a Política Nacional de Biodiversidade; define a biopirataria como crime ambiental; amplia a composição do Conselho do Patrimônio Genético; autoriza a realização de leilões públicos de madeira apreendida, felizmente menos que 80 milhões, mas 80 mil, para que se arrecadem mais recursos para a proteção do meio ambiente, e, sobretudo – os aplausos já mostraram o nosso entusiasmo

pelo fato –, o Parque Nacional de Tumucumaque, que passa a integrar o nosso Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Depois do vídeo que vimos – eu vi muito mal, porque vi de lado –, vemos que esse, efetivamente, é um parque importante, de mais de 3 milhões e 800 mil hectares, na Floresta Amazônica, e praticamente intocado.

E, naturalmente, nós que gostamos sempre de bater recordes, esse parque é um recorde também. É o maior parque numa floresta tropical, no mundo. É preciso repetir o que disse o Ministro José Carlos, que são terras públicas, que já foram devidamente cadastradas pelo Incra, de modo que o parque não vai implicar algum ônus para o Estado.

E digo isso por uma razão simples. Porque o trabalho feito pelo Incra, desde o tempo do Ministro Raul Jungmann, que continua nesse programa de combate à grilagem, permitiu que nós regularizássemos 93 milhões de hectares de terras irregulares. Não é brincadeira, 93 milhões de hectares de terras irregulares. E cancelamos terras que não existiam, terras que só existiam nos cartórios e que serviam, simplesmente, para fraudar impostos -ou serviam como garantias falsas para empréstimos que eram tomados, e assim por diante.

De modo que isso tudo permitiu, graças a essa ação do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, efetivamente, que houvesse essa possibilidade de nós, agora, decretarmos a formação do Parque de Tumucumaque, sem que isso cause algum ônus financeiro para o Estado. Não foi preciso pagar indenização.

Isso mostra, naturalmente, a eficácia não só do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas, sobretudo, do Meio Ambiente. Na verdade, estamos, efetivamente, ampliando a nossa capacidade de proteger centenas de milhares de árvores de madeiras nobres, além dos mamíferos, alguns dos quais aqui já mostrados, alguns deles com populações reduzidas no nosso país e que precisam dessa preservação.

Chamo a atenção também para o que nós vimos aqui, ou seja, a preservação das nascentes dos rios: do rio Oiapoque, por onde eu já andei e cuja manutenção sei como é importante; do rio Jari, e assim por diante. São nascentes que precisam ser garantidas. E essa política com relação às águas é muito importante.

Queria acrescentar, também, que o Ministro Ronaldo Sardenberg, aqui presente, que é o nosso Ministro de Ciência e Tecnologia, está encarregado de preparar estudos para a implantação de projetos de pesquisa científica de preservação ambiental no Parque Tumucumaque, para nos habituarmos à idéia dos recursos naturais sustentáveis, da proteção deles e do seu entorno.

Sou um fã ardoroso de um outro parque, que é também controlado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que é o de Mamirauá, lá, no Amazonas, que é um exemplo de como se pode, efetivamente, cuidar bem da natureza, aproveitá-la da maneira a mais inteligente e preservá-la para as gerações futuras.

Naturalmente, no contexto da criação desse parque nós, também, temos programas do Governo Federal, de apoio a diversos municípios do Amapá.

Quero agradecer à Deputada Pelaes, aqui presente, e, por intermédio dela, a toda a sua bancada, ao Deputado Antônio Feijão, que me escreveu uma carta calorosa sobre o parque, à solução que foi dada, com o apoio da bancada e da Governadora do Amapá, e a esse ambiente democrático de negociação, ao qual fez referência o Ministro José Carlos e que, efetivamente, permitiu uma solução que satisfizesse a todos, inclusive, naturalmente, ao Ministério da Defesa, que entende a importância= da preservação ambiental, mas que tem que chamar a nossa atenção para as necessidades constitucionais e mesmo, mais que constitucionais, patrióticas de preservação da nossa fronteira.

Na verdade, estamos avançando não, talvez, com a velocidade de que eu gostaria, mas estamos avançando para transformar 10% do território da Amazônia em unidades de conservação. Isso é muito importante, tanto mais que se sabe que a Amazônia tem uma área imensa e, para se chegar a 10%, vamos ter que trabalhar muito. Mas, se não fizermos isso, se não criarmos instrumentos que permitam promover a conservação e o manejo sustentável dos recursos da biodiversidade, não só nós vamos pagar um preço alto, como as gerações futuras sabe Deus que preço vão pagar.

De modo que o Governo tem que se empenhar, em cooperação com a sociedade civil, para avançarmos nessa concepção de formas de de-

senvolvimento que sejam realmente sustentáveis. É claro que precisamos de recursos. Estamos negociando, com o apoio do Banco Mundial, do G-7 e da WWF também, algo importante, que é o Fundo Ambiental Global, para esse projeto que se chama Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – o nome é bonito e deve ser lançado, dentro de alguns dias, em Johannesburgo. Vamos aproveitar a reunião de Johannesburgo para mostrar que é preciso que avancemos mais, pois temos, sei lá, 2,5% do território nacional como unidades de proteção integral e 5 e poucos por cento constituem unidades de uso sustentável. Isso custa dinheiro e precisamos avançar mais. Vamos aproveitar para, lá em Johannesburgo, “passar o pires” e pedir que nos ajudem a manter alguma coisa fundamental não só para os brasileiros, mas para a humanidade. Já que é fundamental para a humanidade, que os ricos nos ajudem a pagar uma parte do ônus, que, na verdade, é um ônus que assumimos com prazer, porque significa também a continuidade da vida, de maneira mais decente, no nosso planeta.

Acho que o empenho do nosso governo na conservação e na manutenção, *in situ*, da diversidade biológica segue a convenção do Rio de Janeiro, na Conferência de 92. E estamos fazendo isso, então, com muito empenho.

Há vários fundos. Temos o Fundo Nacional de Meio Ambiente, temos o Funbio, temos o PPG-7, enfim, temos alguns recursos para a defesa das florestas tropicais, mas eles não são suficientes. Precisamos de mais, sem que nos esqueçamos da Mata Atlântica. Vou insistir com o Congresso Nacional para que avancemos na questão da Mata Atlântica. Tomara que seja possível, na reunião que teremos, agora, no Congresso, no dia 27 de agosto, avançar nessa matéria, que sabem os senhores e as senhoras que não é matéria fácil, mas podem contar com o meu empenho, para que isso seja resolvido. E, se obtivermos recursos internacionais, melhor ainda.

Eu queria, portanto, agradecer o que foi obtido, agradecer o trabalho do Ministro, que tem sido extraordinário no desempenho de suas funções, do Ibama, das organizações não-governamentais, enfim, de todos aqueles que estão envolvidos nessa matéria.

Acho que podemos chegar, como disse o Ministro, a Johanesburgo, no dia 1º de setembro – eu, pelo menos, chegarei lá por volta do dia 1º de setembro –, mostrando que o Brasil vem cumprindo os compromissos da Rio-92 e que estamos efetivamente avançando em matéria ambiental. Acho que Johanesburgo pode ser um marco importante, à medida que propicie uma participação ampla, aberta e democrática. E nosso empenho tem sido nessa direção.

Acho que temos que fazer com que, em Johanesburgo, se mantenha vivo o que se costumou chamar, na época, em 92, de o “espírito do Rio”. E o “espírito do Rio” significa, realmente, uma preocupação contínua com os instrumentos que permitam a preservação da biodiversidade, que permitam a reprodução das condições de vida no planeta, que permitam formas de desenvolvimento que não destroem essas condições e que, portanto, sejam efetivamente sustentáveis. Acho que, para isso, precisamos construir uma parceria global que possa materializar esse conceito de desenvolvimento sustentável.

Sei que existem resistências, mas sabemos também que, se é verdade que há responsabilidades comuns de toda a humanidade e, portanto, de todos os governos nessa matéria, é preciso que aqueles que foram os maiores responsáveis pela destruição do meio ambiente assumam uma parte maior do que os países em desenvolvimento, que têm menos responsabilidade. A responsabilidade é a mesma, mas os custos devem ser divididos de forma inversamente proporcional aos danos causados pelas populações ao meio ambiente.

Sei também que não será possível pensar em desenvolvimento sustentável sem que a essa noção se acrescentem a questão da pobreza e uma sustentabilidade social. E preciso que tenhamos instrumentos para garantir uma forma de desenvolvimento que permita a sustentabilidade social, o que vale dizer um combate permanente às causas da pobreza.

Não podemos, não obstante, resumir a questão de Johanesburgo a isso. Por mais importante que ela seja, ela é parte de uma visão global, que implica também, óbvia e mais diretamente, a questão ambiental.

Evidentemente, os padrões de consumo e de produção adotados até hoje não podem continuar. Terão que ser mudados, não só porque eles

constituem, realmente, um instrumento de reprodução da pobreza, mas porque, enquanto milhões consomem abaixo do mínimo necessário, há outros que consomem muito acima. Na verdade, bilhões abaixo do mínimo necessário e milhões acima do mínimo necessário.

Não podemos abrir mão de uma visão diferente do processo global de desenvolvimento. E não estamos dispostos a reabrir questões que foram solucionadas já na Conferência do Rio-92. Não vamos a Johannesburgo para dar um passo atrás. Vamos a Johannesburgo para dar um passo à frente.

Esses passos vêm sendo pouco a pouco construídos. Eu, próprio, tenho me empenhado e o Governo brasileiro tem se empenhado, como nos empenhamos em Doha, para criar acesso a mercados, em Monterrey, para que haja um financiamento mais adequado. E, agora, em Johannesburgo, para que possamos, realmente, manter vivo o espírito da Conferência do Rio de Janeiro, é preciso insistir, com os líderes mundiais, nesse sentido e nessa direção.

Outra coisa não tenho feito, nos meus encontros, que são freqüentes, com os líderes internacionais. Tenho mostrado a importância, primeiro, de que participem de Johannesburgo. Nem todos se convencem com facilidade. Mas, alguns cedem às nossas argumentações, e eu espero que, pelo menos, a América do Sul, a América Latina, na verdade, tenha uma presença ativa em Johannesburgo.

Não poupei esforços para que outros países também tenham presença ativa, até porque acho que vamos chegar a Johannesburgo podendo mostrar, com o que fizemos hoje e com o que já fizemos nestes anos todos, a Lei de Crimes Ambientais; a formação da Agência Nacional de Águas, a ANA, que acho que é um marco importantíssimo, em toda essa matéria; o Programa Nacional de Florestas e o novo Código Florestal, além de vários projetos inovadores no terreno do econegócio; e, sobretudo, a mobilização das comunidades em projetos de interesse da política ambiental, para que possamos chegar lá, a Johannesburgo, com moral elevado, como disse o nosso Ministro, e mostrar o quanto nós caminhamos aqui. A Agenda 21 brasileira, que foi recentemente completada e está sendo distribuída, foi fruto de uma ampla negociação com a sociedade.

A alguns pode parecer que o ritmo é lento. E, certamente o ritmo é lento. Mas, na verdade, nestes últimos 10 anos, mudou muita coisa. A Conferência do Rio teve um efeito imenso, pelo menos aqui entre nós, no Brasil. Ninguém cogitava de meio ambiente há 20 anos. E, hoje, é quase impossível não se cogitar de meio ambiente, até mesmo nas áreas que podem parecer mais ausentes de preocupação.

Não há uma decisão de investimento grande no Brasil que não passe pelo crivo da análise das consequências do investimento sobre o meio ambiente. Isso é absolutamente novo. E é novo graças, também, ao fato de que nós temos uma sociedade democrática mais recente, a democracia avançou mais nos últimos tempos e isso permitiu, até mais que permitiu, obrigou a que as considerações sobre o meio ambiente passassem a fazer parte da agenda nacional. E, hoje, fazem parte da agenda nacional.

Acredito que será muito importante a aprovação do Protocolo de Kioto, para o qual nós já demos uma contribuição grande, durante a Conferência de Kioto. Os técnicos brasileiros e o governo do Brasil participaram ativamente da questão de Kioto. E nós, agora, precisamos fazer com que os países adiram ao protocolo.

O Brasil já aderiu ao protocolo. Estamos nos empenhando para obter de outros países, se possível antes de Johannesburgo, a aprovação do protocolo, de tal maneira que possamos ver esse protocolo sendo implementado.

Nós, no Brasil, temos muito apego à idéia do mecanismo de desenvolvimento limpo, o MDL, porque isso foi uma sugestão brasileira lá em Kioto. E eu quero anunciar em Johannesburgo que vamos seguir adiante nos contatos com o governo alemão, para colocar em prática uma modalidade efetiva, talvez a primeira de porte, de funcionamento do MDL. Não quero me antecipar, porque tenho que discutir com o Primeiro-Ministro Schröder, mas estamos já em negociações avançadas, de tal maneira que é possível que, em Johannesburgo, Alemanha e o Brasil possam dar um exemplo de como esse mecanismo é um instrumento efetivo para diminuir a emissão de CO<sub>2</sub>.

Eu acho que, se dermos esse exemplo, nós podemos, com isso, avançar muito na cooperação com outros países, na questão da mudança de

clima. Além disso, nós chegaremos a Johanesburgo com a chamada Iniciativa Latino-Americana e Caribenha, de origem brasileira, por meio da qual pelo menos 10% da matriz energética mundial é obtida através de fontes renováveis.

Acho, portanto, que temos, aí, um conjunto não apenas de iniciativas, de propostas, mas de realizações. De realizações que nos qualificam a exercer um papel de liderança em matéria de desenvolvimento sustentável e em matéria de clima e de meio ambiente em geral.

Quero, ao terminar essas breves palavras, apenas reiterar que nada avança, se não houver entendimento, negociação, participação, formas democráticas de gestão. Acho que, se conseguimos avançar aqui no Brasil, foi porque nós também conseguimos criar canais de comunicação mais fluidos entre o aparelho estatal e a sociedade civil e, dentro do aparelho estatal, entre o Congresso Nacional e o Executivo e entre o Executivo, o Congresso Nacional e o sistema da Justiça.

É preciso que isso seja visto dessa maneira, como um processo de avanço da consciência coletiva. Creio que sobre o que acabamos de fazer hoje e sobre o que tem sido feito nestes últimos anos – e me referi ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – mas, especificamente, foi o Ministério do Meio Ambiente que deu os passos decisivos.

Quero aproveitar para, ao agradecer ao Ministro José Carlos, reiterar também os meus agradecimentos ao antigo Ministro José Sarney Filho, que se desempenhou a contento e com muito compromisso nesses temas. Acho que o fato mesmo de termos tantos ministros aqui reunidos – é difícil reunir tantos ministros assim, do Exterior, da Defesa, da Justiça, da Ciência e Tecnologia, da Assistência Social e até da Casa Civil, que é chave para tudo isso, sem falar no Secretário-Geral da Presidência e dos Ministérios específicos – mostra a importância desse tema. É raro ter tantos ministros juntos para aplaudir a iniciativa dos outros. Eles vieram.

Muito obrigado.